



**CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL  
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE HISTÓRIA**

**CASO ROSALICE FERNANDES**

**Autoritarismo e Contestação na Política Fluminense dos anos 70**

**Deiverson Caldeira Fuly<sup>1\*</sup> - 8º período de História**

**Marcelo Gonçalves da Silva<sup>2\*</sup> - 8º período de História**

**Paulo Célio Soares<sup>3\*\*</sup>**

**RESUMO**

O presente artigo propõe uma análise dos movimentos de contestação ao autoritarismo vigente na Ditadura Militar, tanto pela via social, quanto pela via institucional, na cena pública fluminense. Mais especificamente, no município de Volta Redonda, durante o início do processo de redemocratização (1974 – 1979), através do estudo de caso relativo à prisão de Rosalice Fernandes, então suplente de deputada estadual e expoente política dessa cidade, sob acusação de ser uma agente subversiva, devido a sua atuação política. Filha de Othon Reis Fernandes, sindicalista importante na cena pública local, regional e até nacional, durante a década de 60, essa personagem, herdeira de uma tradição esquerdista, teve uma destacada vida pública de contestação a ditadura militar nesse período. Seja por jornais, movimentos sociais e também seguindo o caminho institucional, pelo MDB trabalhista, vertente local do partido de oposição consentida no sistema político da época. Consubstanciando-se em um caso interessante para ser discutido e abrindo diversas possibilidades de se analisar o período em que o recorte temporal e espacial do objeto de estudo se encontra. Como, por exemplo, as diversas formas de movimentos organizados de luta contra o regime autoritário presente naquele momento, o protagonismo das mulheres dentro de tais movimentos e as muitas segmentações políticas existentes nas principais instituições atuantes no momento.

**Palavras-chave:** Volta redonda; Redemocratização; Rosalice Fernandes

---

<sup>1\*</sup> Graduando pelo curso de Licenciatura em História pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase.

<sup>2\*</sup> Graduando pelo curso de Licenciatura em História pelo Centro Universitário Geraldo Di Biase

<sup>3\*\*</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é analisar o processo de reorganização civil e novas formas de atuação política em Volta Redonda no contexto do início da redemocratização, ainda durante a Ditadura Militar, no período entre os anos de 1974 a 1979. Tendo por objetivos gerais demonstrar a ambiguidade prática entre a repressão durante o governo Geisel, que propôs, junto a Golbery de Couto e Filho, um gradual, mas seguro aprimoramento democrático. Propõe-se explicitar as particularidades presentes na política volta-redondense e a sua dinâmica histórica, social e política própria ao longo do período em que perdura o governo supracitado.

Especificamente, propõe-se apresentar, através do estudo do caso da professora, jornalista e política, Rosalice Magaldi Fernandes — essa sendo o objeto de estudo da pesquisa — as formas próprias de atuação e contestação adotadas pelo MDB/RJ, em Volta Redonda e no Estado do Rio de Janeiro. Frente as também características formas de monitoramento, articulação e prisões praticadas pelo regime militar na região, devido à presença e funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional.

Cabe aqui ressaltar a metodologia em que se desenrolou ao longo do projeto de pesquisa, dá-se pela da História Política, mais especificamente, a Nova História Política. Esta, não mais volta o seu olhar para grandes personalidades, guerras, eventos ou para a cúpula do Estado, cuja ideologia é dominante. Mas sim, como Rémond aponta, o olhar para o Político e o Poder como algo que permeia os demais setores da sociedade e também é permeada por eles em uma complexidade maior do que apenas simples números eleitorais ou mudanças radicais de regime político. O político se insere uma extensa rede de socialização.

*“Mas a história política — e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas — aprendeu que, se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática (...) os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações (...) contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais.” (RÉMOND, 2003, pg 35, 36)*

São utilizados também conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu para se tornar viável a análise entre classes dominantes e classes dominadas, o *poder simbólico* e a *violência simbólica*

exercido da primeira sobre a segunda para desmobilizá-la pelo *conformismo*, da mesma maneira que, utiliza-se da *tomada de consciência* e de *habitus, capital e campo* para entender o comportamento e a trajetória do objeto de estudo, entendendo-o não apenas como um agente individual, mas sim um agente político incluso em campos políticos e sociais distintos e, ao mesmo tempo, entrelaçados, com meios de se articular, mobilizar e intervir nas relações entre eles.

Além disso, apesar de ser um estudo de História Regional, foram utilizadas obras de pesquisadores da área de História referentes a temática escolhida. Fazendo-se uma intercalação entre suas abordagens mais gerais, como a obra de Boris Fausto, e abordagens específicas da conjuntura nacional de Marcos Napolitano e do brasilianista norte-americano Thomas Skidmore. Já a segunda parte, fez-se o uso de fontes primárias disponíveis no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, na Hemeroteca Digital, Centro de Memória do Sul Fluminense e Relatório Final da Comissão da Verdade.

Nessa segunda fase, é necessário seguir pelo *paradigma indiciário*<sup>4</sup>, devido à tremenda especificidade em que se encontra o objeto de pesquisa. Onde é analisada não a sua trajetória enquanto agente política no sindicato, jornais e no partido, como também estudo de caso de sua prisão. Havendo de analisar minuciosamente documentações sobre a denúncia, julgamento, cárcere, a rede de contatos e o cotidiano em que circunda a figura de Rosalice Fernandes<sup>5</sup>. Não só por metodologia de pesquisa em si, mas também pela necessidade de dar consistência a narrativa construída ao redor das fontes secundárias a respeito do objeto de estudo.

Filha de Othon Reis Fernandes, líder sindicalista importante na cena pública fluminense, Rosalice Fernandes é herdeira não só da tradição sindical de seu pai, como também da possibilidade de acesso aos contatos que o mesmo detinha, construindo as condições para a sua inserção na militância política através do MDB/RJ. Além de fundar não só diretório do partido de Volta Redonda, como também um departamento trabalhista.

---

<sup>4</sup> O paradigma indiciário, segundo Carlo Ginzburg em “Mitos, emblemas e sinais”, demonstrando a existência de uma metodologia comum entre a forma de estudo de um caso entre diversas ciências, buscando, precisamente, indícios em seus pormenores para obter resultados em sua investigação.

<sup>5</sup> No caso, faz-se uso da Micro-história, também de Guinzburg, onde objetiva-se analisar e explicitar toda uma conjuntura através do cotidiano, das relações pessoais e de acontecimentos pontuais, como no caso deste trabalho, a conjuntura de uma personagem histórica local e a sua prisão.

Foi eleita suplente de Deputado Estadual, atuando no Estado Ditatorial, na legalidade, e acabou presa em uma gráfica em Niterói, no dia 29 de abril de 1976. Portando material “subversivo”, panfletos “DT- Informa N.º3”, redigido por ela mesma para serem distribuídos como forma de protesto durante a solenidade pública de comemoração do Dia do Trabalhador em frente ao Escritório Central da CSN em Volta Redonda. O evento contaria com a presença do Ditador-General Ernesto Geisel para inauguração do Estádio Raulino de Oliveira. Sendo, portanto, exemplo de uma das várias formas de atuação alternativas encontradas por movimentos de oposição ao regime ditatorial civil-militar vigente naquele momento.

Tal estudo é justificado ao trazer à tona uma discussão de grande importância por abordar uma personalidade importante e influente para a cena pública de Volta Redonda nos anos 70, militando por questões sociais, como trabalhismo, feminismo, direitos humanos e redemocratização, seja através do sindicalismo, jornalismo ou por via legal na política. Também apresenta não só a resistência pelo veio institucional ao governo autoritário, como também representa a presença e o protagonismo da mulher nos movimentos contestação ao autoritarismo. Salienta-se ainda a responsabilidade de se lembrar tais acontecimentos históricos da região que podem ser esquecidos, sendo necessário reforçar a memória sobre o que foi a Ditadura Militar na região Sul Fluminense.

O tema ganha peso acadêmico por abrir novas frentes de pesquisa e discussão historiográfica devido à rica fonte de novos materiais para pesquisa existentes na atualidade, já apresentados anteriormente, e a existência do Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros — Volta Redonda, que em muitos pontos, apresenta-se como um ponto de acesso para uma série de novas temáticas, trajetórias, casos e campos de estudo específicos presentes no recorte temporal e espacial aqui tratados.

#### **JOÃO GOULART E DITADURA MILITAR (1961–1969)**

Deve-se frisar que durante o recorte temporal em que se encontra os assuntos apresentados e discutidos neste artigo, ocorria a chamada Guerra Fria.

Em 1948 fora fundada a OEA, onde o Brasil fora signatário, em que o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional e da Escola Superior de Guerra, instituição onde se promovia cursos para militares da América do Sul e Central que serviriam como base teórica e prática

para construção da máquina repressiva e dos sistemas de inteligência nas ditaduras militares latino-americanas instauradas ao longo das décadas subsequentes.

Entretanto, após a revolução cubana, em 1959, e a declaração de Fidel Casto de que Cuba seria uma República Socialista, em 1961, fora um divisor de águas na história latino-americana. Pois um país insular socialista, à poucas milhas dos EUA, representava uma ameaça à potência líder do bloco capitalista internacional durante a Guerra Fria, como se provou durante a Crise dos Mísseis no ano seguinte. Daquele momento em diante, seriam realizados vários golpes militares nos países da América do Sul sob o pretexto de combater o comunismo e fortalecer um modelo econômico liberal e dependente do capital externo norte-americano. Dentre eles, encontra-se o golpe de 1964, marcando o início do período da ditadura civil-militar brasileira (NAPOLITANO, 2014).

Com a renúncia de Jânio Quadros a presidência da República, em 1961, seu vice, João Goulart, é forçado a voltar de uma viagem diplomática em que se encontrava na China comunista e fora impedido de retornar ao país, apenas conseguindo devido à campanha da rede da legalidade, comandada por seu cunhado, Leonel Brizola. Sendo também obrigado a negociar e ceder a uma série condições para assumir o cargo, dando início a uma crise política no país (FAUSTO, 1995).

Dentre as condições cedidas por Jango, como foi apelidado, fora aceitar a dividir o poder executivo em um sistema de semiparlamentarismo. A mudança fora feita congressionalmente e com incentivo indireto do governo norte-americano.

As “Reformas de Base” propostas de Jango e seu posicionamento nacionalista eram entendidos como radical, estatizante e esquerdista pelos empresários, latifundiários, classe média brasileira e pelo governo norte-americano, porém

*“Ao que parece, a virtude principal do governo Jango, ao menos se quisermos manter uma perspectiva progressista, foi revisar a agenda da política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade. Reiteramos, tratava-se mais de uma agenda do que, propriamente, de um projeto político de inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política.”*  
(NAPOLITANO, 2014 p 19),

Com a população conservadora inflamada pela propaganda, as forças armadas e elites civis articuladas e com apoio militar dos Estados Unidos, na intitulada “Operação Brother Sam”. Jango é detido pelo exército brasileiro e exilado, no dia 1 de abril de 1964 Assume a presidência o general Castelo Branco, militar da linha “Sorbonne”, cujo objetivo era ocupar as instituições em defesa da democracia, de forma temporária até reestabelecer a ordem pública (NAPOLITANO, 2014).

Ao longo do governo militar, são publicados cinco atos institucionais, sendo o AI-1, em 1964, o AI-4, em 1966 e o AI-5, em 1968. Os mais importantes no objeto estudado neste artigo em que, respectivamente, o primeiro, institucionaliza a capacidade de Comandantes-em-Chefe de suspender direitos civis e cassar mandatos legislativos em âmbito federal, estadual e municipal; o segundo convoca a constituinte para promulgação da Constituição de 1967; e o último, sintetiza os quatro Atos Institucionais anteriores e dá mais poderes ao Executivo, além de tornar ilegal todas as formas de manifestação política e “suspende o direito de *habeas corpus* a àqueles que cometam crimes políticos, contra a segurança nacional, ordem econômica e a economia popular.”

#### **A REABERTURA (1974-1985)**

Por fim, chegamos à conjuntura nacional do recorte temporal estudado. No ano de 1974, o general de exército Ernesto Beckmann Geisel assume a presidência, herdando do governo anterior um Brasil com o grande crescimento econômico promovido pela política de Delfim Neto, ministro da Fazenda durante o governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici, em meio a uma conjuntura internacional instável com crise do petróleo em 1973.

Segundo Boris Fausto, a ascensão de Geisel marca a volta da corrente castelista das forças armadas nos governos ditatoriais. Este grupo defendia a reorganização do Estado para a volta a uma democracia liberal com veios conservadores organizadamente, diferente da linha-dura que defendia a manutenção do governo e da ordem pelas mãos dos militares. Além disso, a maioria dos movimentos das esquerdas armadas foram derrotados e desarticulados pela de repressão do Estado.

Portanto, o general-presidente e seu chefe de gabinete, Golbery do Couto e Filho, retomaram o projeto que inicialmente a linha Sorbonne do exército almejava com o golpe: um gradual,

mas seguro aprimoramento democrático. Seria o início do processo de redemocratização da política brasileira (SKIDMORE, 1988b).

É importante ressaltar acontecimento do Concílio Vaticano II em 1961, que a Igreja Católica realiza uma revisão e reforma institucional, culminando em duas bulas papais, que exprimem o olhar da Igreja voltado aos países subdesenvolvidos e a dedicação eclesial voltado para as bases populares e da defesa dos direitos humanos.

No mesmo ano que se publica o AI-5, acontece a Conferência de Medelim, em que se discute as pautas do Concílio e a sua implementação na América Latina, trazendo um rearranjo da conjuntura política no que tange as relações Igreja-Estado: se antes havia uma Igreja complacente com a Ditadura Militar, após Conferência de Medelim, a Igreja Católica se dividia entre a ala conservadora, ligada ao regime autoritário, e a ala progressista, veemente contra a Ditadura, fazendo-se deteriorar as relações de vínculo entre ambas instituições (ESTEVEZ, 2014). Servindo de exemplo, um fato que demonstra o reposicionamento da Igreja contra o Estado é a missa, encabeçada por Dom Evaristo Arns, na Praça da Sé, denunciando a morte de Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, morte divulgada pelo governo como suicídio (SKIDMORE, 1988b).

O MDB cresceu nas eleições legislativas de 1974, “Da soma de votos válidos para o Senado, em um total de 24,5 milhões, o MDB obteve cerca de 14,5 milhões de votos, ou seja, 59%” (FAUSTO, 1994, p 491). No mesmo ano, o partido da ditadura, ARENA, é derrotado pela oposição, MDB, nas eleições para senador, além de perder cadeiras nas eleições para deputado federal. Tal resultado representava uma guinada da população brasileira pela redemocratização, levando o governo a lançar medidas como a Lei Falcão, em 1976, vetando a veiculação de qualquer dado além do currículo político dos candidatos nos meios de comunicação. Já que, naquele momento, as constantes denúncias e críticas aos abusos cometidos pelos militares e a ampliação do espaço das oposições representavam uma ameaça ao governo. Aquilo que ficou conhecido como Pacote de abril, foram um conjunto de alterações no sistema eleitoral para aumentar o coeficiente de votos nas regiões Norte e Nordeste, onde havia mais dominância do partido do regime. O Pacote também fabricava um terço dos parlamentares do Senado pelo voto direto, o que ficou conhecido como Senador Biônico (SKIDMORE, 1988b).

Aliás, se de um lado o governo demonstrou, extraoficialmente, que pretendia uma liberalização do regime. Do outro lado, a repressão e a perseguição dos ditos subversivos continuavam fazendo parte do modus operandi do Estado brasileiro, “(...) surgiram novas evidências de que a liberalização estava muito longe de iminente.” (Idem, pg 284).

Essas novas evidências, seriam aparentes ações da linha dura em resposta aos primeiros movimentos do governo castelista para o “aprimoramento democrático”, como dizia Golbery. A primeira evidência, segundo Skidmore, seria a prisão e tortura de um ex missionário metodista americano, Fred Morris, em Recife, sob suspeito de o mesmo fazer publicações no exterior, favoráveis ao bispo Dom Helder Câmara, um dos principais críticos da ditadura militar.

Outro incidente foi o caso de Francisco Pinto, deputado federal pelo MDB da Bahia, que durante uma reunião de chefes de Estados em Brasília, vociferou denúncias contra o ditador Pinochet na câmara dos deputados. Chico Pinto, como era conhecido, ainda repetiu suas denúncias em uma rádio no interior da Bahia, sendo processado dentro da Lei de Segurança Nacional, tendo o seu mandato cassado e ficou privado de seus direitos civis (ibidem).

Foram liberadas informações por parte da Secretaria de Estado dos Estados Unidos, entre elas, um memorando redigido por Colby, diretor da CIA, para o Secretário de Estado dos EUA, Kissinger. No documento é relatado um evento onde o General Milton propõe a manutenção do monitoramento por parte do Centro de Informações do Exército e da política de repressão e execução de elementos subversivos, extraoficialmente, adotada durante o governo Médici, deveria continuar, pois não se deveria ignorar os “terroristas”.<sup>6</sup>

O documento também relata que General-Presidente Geisel e Figueiredo, general de confiança do ditador, concordavam com tal política, porém Ernesto pedia cautela, dizendo que toda pessoa presa apenas poderia ser categorizada como subversiva de risco caso Figueiredo desse aval ao chefe da Central de Inteligência do Exército para tal. Em suma, todos os esforços da CIE estavam sob coordenação do General Figueiredo.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. 1969-1979: Documents on South America, 1973-1976. Volume E-11 Part 2, Department of State, Washington, 2015 p 278 (ver anexos III e IV). Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2>>. Acesso em 13 de junho de 2018)

<sup>7</sup> Idem, p 279



O conteúdo relatado desses encontros diplomáticos EUA-Brasil, registrado pela inteligência norte-americana e liberadas pelo próprio governo dos Estados Unidos, se apresentam como mais evidências da continuidade da máquina repressiva do Estado brasileiro pós-Médici. Não mais apenas como retaliação por parte da Linha-Dura, como também atesta o aval e participação de Geisel e de Figueiredo na mesma, comungando com a ideia da contradição supracitada no texto e sendo de suma importância para a análise do caso estudado nesse artigo.

### **BREVE HISTÓRICO DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE VOLTA REDONDA**

Em março de 1942, tem início a construção da Companhia Siderúrgica Nacional como parte do Plano Siderúrgico Nacional planejado pelo Estado Novo. Nos anos finais do desse governo, o movimento operário inicia sua organização na cidade de Volta Redonda, levando a criação em 1945 da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Barra Mansa, nome inicial do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, com articulação de militantes do PCB. (BEDÊ, 2010).

Em 1946, ano de inauguração da CSN, não e realizado eleições no Sindicato pelo fato deste estar sob intervenção do Ministério do Trabalho, permanecendo assim até o ano de 1951. Esse controle sobre os sindicatos nacionais, que também impactou os trabalhadores de Volta Redonda, é um desdobramento interno da Guerra Fria e do alinhamento do governo Dutra com os Estados Unidos, sendo que “os comunistas e sindicalistas foram transformados em inimigos internos da chamada segurança nacional” (BEDÊ, 2010, p 73).

A primeira eleição sindical de Volta Redonda acontece em 1951, vencida pela chapa liderada por Alan Cruz, vinculado ao PSD, partido que venceu a próxima eleição ocorrida em 1953, presidido por Walter Millem. Concomitante com o segundo governo de Vargas, associado a política de passivação populista, a direção do sindicato conseguiu seu primeiro acordo com a CSN. (Idem)

Com a eleição da chapa de oposição em 1955, o PCB assume o sindicato. Inicialmente combativo, é apoiado pelos trabalhadores que barram a intervenção do Ministério do Trabalho na direção, a gestão expõe suas contradições pelo fato de integrar dois comunistas (José Bonifácio e Nestor Lima) e um ex-integralista (José Cláudio) em sua composição,

evidenciado pelo elogio de Nestor, em 1956, ao presidente da CSN General Edmundo Macedo Soares na Conferência Nacional dos trabalhadores Metalúrgicos em Volta Redonda. (ibidem)

A insatisfação dos trabalhadores com as contradições da chapa de Nestor Lima e seu elogio a Macedo Soares, levaram a Chapa Independência, liderada por Othon Reis Fernandes, a vitória nas eleições de 1957 e 1959.

### **Othon Reis Fernandes**

Othon Reis foi Diretor de Pessoal da CSN, do quadro do PTB e com vínculos com João Goulart, que pelo seu cargo que impactava diretamente na situação dos trabalhadores conseguiu uma rede de relações pessoais com estes, pendendo suas decisões para o lado dos empregados. Foi destituído de seu cargo após um incidente em 1956, em uma visita de JK e Richard Nixon (então vice-presidente dos EUA), em que pediu a exoneração de Macedo Soares à JK. (idem) Foi transferido para FEM e com a

*“(...) construção ideológica de uma liderança” injustiçada pela CSN”, Othon apresentava, como alternativa à direção comunista, a “Chapa Independência”, com sua presidência, apontando para uma política de confronto com as empresas da região e, principalmente, com a gestão do General Macedo Soares na CSN. (BEDÊ, 2010, p 161)*

Em 1961, Othon é eleito Diretor Social da CSN, representando os empregados na direção da usina.

Resistindo ao golpe, em 1.º de abril de 1964, ele e um grupo de trabalhista ocupam a Rádio Siderúrgica com o intuito de denunciar o golpe em curso, sendo preso no mesmo dia. (idem)

O entendimento da construção do Sindicato dos Metalúrgicos e a trajetória de Othon Reis Fernandes é de importância ímpar para entender os caminhos seguidos por sua filha Rosalice Fernandes, no que tange sua militância política nos tempos da Ditadura Militar.

### **CONJUNTURA DE VOLTA REDONDA NOS ANOS 70**

Dando destaque para o recorte espacial no intervalo de tempo estudado, é importante salientar alguns detalhes e antecedentes que tornam a cidade de Volta Redonda um caso especial em

relação a outros locais do país durante os anos da década de 70, tendo um cotidiano de monitoramento, repressão e militância próprios e figuras e movimentos políticos com rico teor histórico por sua maneira peculiar, volta-redondense, por assim dizer.

Antecedendo a década em que o objeto-de-estudo se situa, há N fatores que configuraram o que seria o cenário onde o mesmo desenvolveu a sua trajetória.

O primeiro fora a criação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada em Barra Mansa, Rio de Janeiro, no ano de 1950, que desde cedo tinha o intuito de estabelecer a disciplina e a ordem pública na região, justamente devido ao projeto da Companhia Siderúrgica Nacional (CARRARA; ESTEVEZ; ASSIS, 2015). Em 1964, o 1º BIB fora mobilizado para conter qualquer reação ao Golpe, interceptando a transmissão de Othon na rádio da CSN antes mesmo do horário de rádio da região. Nesse período também há o estreitamento de relações entre a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) a Polícia Administrativa da CSN e o 1ºBIB, instalando-se assim um “Estado Policial” (BEDÊ, 2004) como *modus operandi* da sociedade volta-redondense.

Com o decreto do AI-5, após 1969, o Batalhão tornou-se, junto da AMAN, o principal centro de repressão da região, ganhando função de polícia na cidade, sendo institucionalizado como o principal órgão de prisões e tortura (CARRARA; ESTEVEZ; ASSIS, 2015 pg 25).

Outro motivo que torna características as condições de Volta Redonda é que a mesma fora enquadrada como Área de Segurança Nacional através do decreto legislativo n.º43, de 1973, após um estudo prévio sobre as condições da região conduzido pelo General Figueiredo, então secretário-geral da CSN. A partir deste momento, há intervenções diretas do governo Estadual e Federal, sendo a cidade monitorada e controlada sob todos os âmbitos, estreitando a ASI com o Departamento de Segurança e Informação, Serviço Nacional Informações e com o Centro de Informações do Exército.

Se antes a cidade tornara-se um “Estado Policial” (BEDÊ, 2004), após o decreto legislativo, a cidade se tornara um típico cenário distópico da ficção orwelliana. Pois além do *Poder Simbólico* que a Companhia exercia sob a sociedade volta-redondense enquanto “Mãe da família siderúrgica”, conformando o operariado em uma lógica de classes sociais bem

definidas, havia também a *tomada de consciência* pela parte desfavorecida romper com tal conformação vigente, antagonizando-a e reivindicando direitos.

Nesse contexto, vê-se a ordenação de Dom Waldyr Calheiros, como bispo da diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, figura religiosa, política e emblemática do período, cuja militância política e o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base foram fundamentais na contestação ao autoritarismo ao longo da década de 70 (CMV, 2015). Ele era adepto da Teologia da Libertação e já vinha para a região sob orientação das decisões tomadas na Conferência de Medelim, já abordadas anteriormente no artigo. Ele alterou a forma que a Igreja Católica atuava na diocese local, voltando-se contra a perseguição de indivíduos tidos como subversivos, defendendo e atuando em prol de pautas sociais e necessidades das bases sociais da população.

Por último, já nos anos setenta, há a derrocada das esquerdas armadas para a repressão militar, deixando clara a inviabilidade de uma contestação revolucionária armada naquele momento. Fora feita uma mudança nos planos de ação das esquerdas, agora optando pela conscientização de base e pela ação sindical paralela pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro, através do Departamento Trabalhista criado em Volta Redonda. A contestação por via institucionalizada, como no caso de Rosalice Fernandes, objeto de estudo deste artigo (Idem).

Entretanto, a chegada desses movimentos esquerdistas e a mobilização católica em Volta Redonda entra em choque com a vigilância praticamente onipresente e onisciente na cidade: antes de muitos desses movimentos conseguirem se organizar, os indivíduos já eram desarticulados e presos, principalmente os remanescentes do viés revolucionário armado que acabaram por criar rachas as secções que optaram pelo trabalho nas bases e a articulação de uma revolução armada em Volta Redonda. Algumas secções que optam pelo trabalho de conscientização de base iniciam uma aproximação com a Juventude Operária Católica. Muitos dos organizadores desses movimentos foram presos e torturados durante a década de 70, como o caso de Padre Natanael e Padre Arnaldo, sujeitos próximos de Dom Waldyr, e o caso de Estrella Dalva Bohadana, militante da Política Operária (Ibidem, pg 266).

## ROSALICE FERNANDES

Nascida em 21 de novembro de 1947, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Rosalice Magaldi Fernandes Ferreira migrou junto a sua família, com seu pai Othon Reis Fernandes e sua mãe Alice Evora Magaldi Fernandes, no início da década de 1950, para o município de Volta Redonda/RJ. Seu pai veio trabalhar na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CMV, 2015, pg 412).

Conforme apontado anteriormente, Othon Reis teve destacada participação no Sindicato dos Metalúrgicos e chegou ao cargo de diretor social na CSN. Com o golpe de 1964, Rosalice, na época com 16 anos, o acompanhou no dia 1 de abril em que num ato de resistência, trabalhadores ocupam a Rádio Siderúrgica para juntar-se a Rede da Legalidade.<sup>8</sup> Seu pai foi cassado junto de 70 operários, enquadrados pelo Ato Institucional nº I.

Após sua soltura, a família foi obrigada a migrar para a cidade de Niterói, abrigada na casa do Deputado Rubens Paiva. Othon tentou se eleger deputado estadual em 1966, foi cassado. Depois Alice foi candidata, foi cassada. Sendo que através de uma obra pública em que Rubens Paiva estava à frente, ele conseguiu empregar 70 dos operários fichados de “subversivos” em Volta Redonda.

Havia uma relação próxima da família de Rosalice com a família de Rubens Paiva, ao nível de este ser padrinho de casamento dela. Tão próxima que

*“No dia da prisão, tortura, morte no DOI-CODI e desaparecimento do corpo de Rubens Paiva, no dia 20 de janeiro de 1971, a família de Rosalice viveu todo o clima de terror e apreensão com a família de Rubens Paiva. Logo depois, em março de 1971, por envolvimento afetivo e angústia, morreu Othon Reis Fernandes. A Ditadura Civil-Militar proibiu a família de enterrar o corpo no cemitério de Volta Redonda, de onde fora banido.” (Idem, pg 413)*

É nesse contexto em que se forma o *habitus* de Rosalice. Que herdou toda essa tradição sindical de seus pais dentro do campo político e social em que se encontrava a cidade de Volta Redonda no momento. Onde inicia sua militância política em prol do retorno à democracia e

---

<sup>8</sup> Depoimento de Rosalice para a Comissão da Verdade

valorização dos direitos humanos, nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, que no município teve a sua sede inaugurada no dia 12 de dezembro de 1975<sup>9</sup>.

### **Militância Política**

Junto a Dom Waldyr Calheiros, apoia Waldemar Lustosa para a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, nas eleições de 1974. Após a vitória, Waldemar expulsa o grupo ligado a Rosalice e Dom Waldyr, visando a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos voltada ao plano jurídico e assistencialista, deixando de lado a busca de direitos dos trabalhadores, atuando de fato em paralelo com os interesses da CSN.

Após esse revés político no sindicato, Rosalice, com apoio de Sérgio Murilo Braitto, cria o Departamento Trabalhista do MDB em Volta Redonda<sup>10</sup>, com sede no Moto Clube, no bairro 249. Como forma alternativa ao movimento operário, o departamento operava como sindicato paralelo, conseguindo reunir em assembleia cerca de 3 mil pessoas. Muito por conta de as discussões travadas nessas reuniões estarem ligadas aos anseios dos empregados da usina, como a discussão sobre a defasagem salarial e o risco de venda das casas da CSN, casas essas que os empregados residiam, pela CECISA. (Idem)

Nessas reuniões distribuía-se boletins informativos, os chamados “DT INFORMA”, informando as decisões das assembleias e contendo textos voltados aos anseios da classe trabalhadora da cidade de Volta Redonda. Tais panfletos eram distribuídos nas entradas da Usina Presidente Vargas.

Pelo fato de ter criado o Departamento Trabalhista do MDB em Volta Redonda e ser a porta-voz dos trabalhadores da cidade em um momento em que o sindicato estava vinculado à CSN, Rosalice torna-se candidata a uma vaga de Deputada Estadual do Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1974. Teve um saldo total de cerca de 10 mil votos: 2 mil votos em Niterói, junto ao Movimento Estudantil da UFF, Departamento Estudantil do MDB e membros clandestinos do PCB; e 8 mil votos em Volta Redonda, ligado ao Movimento

---

<sup>9</sup> Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 12 de dezembro de 1975, Edição 08033

<sup>10</sup> Arquivo Nacional – Departamento Trabalhista do MDB de Volta Redonda, Informação n. 1038/76-b – 22º BIMtz/ I Exército – 01/04/1976. Podemos identificar neste informe do 22º BIMtz do I Exército, que era efetuado investigação voltada a preocupação da manutenção do modelo partidário vigente nesse momento, informando que elementos agitadores poderiam acabar “tumultuando a vida partidária” em Volta Redonda.

Operário, pela sua atuação no Departamento Trabalhista do MDB, tornando-se 3.º suplente a deputada pelo MDB fluminense. (Ibidem)

O MDB do Estado do Rio de Janeiro não possuía uma homogeneidade ideológica, havendo desavenças dentro do partido. De um lado, havia a via chaguista, fiel a Chagas Freitas, parlamentar conservador e influente no Movimento Democrático, que usava de manobras políticas articuladas com lideranças regionais minoritárias e com o próprio Governo Militar para obter vantagem nas eleições, desorganizando vertentes marginalizadas no partido, obtendo maioria no congresso; do outro, havia os anti-chaguistas, membros do MDB “autêntico”, que faziam oposição à Chagas, denunciando suas manobras, porém tendo o acesso reduzido ao congresso, tornando-se a minoria marginalizada no legislativo (SARMENTO, 1999).

Mesmo enquanto suplente, Rosalice Fernandes, junto a Lysâneas Maciel e parlamentares como Edson Khair, Délio dos Santos, Aluizio Gama, Antônio Gomes, Edésio Frias, Alves de Brito, Francisco Amaral, Amadeu Silva, faziam parte da oposição organizada dentro do partido no parlamento fluminense e na política interna do MDB. Sendo liderada pelo senador Amaral Peixoto, mobilizando o eleitorado politizado do partido ante a hegemonia chaguista, da qual Lyâneas denominava “ditadura pessoal de Chagas”<sup>11</sup>.

Essa falta de homogeneidade, somada ao consentimento presente entre chaguistas com os militares, Executivo e Legislativo Federal, levava ao que os “emedebistas autênticos” chamavam de “esvaziamento do partido”. E, indo além, pode-se interpretar esse esvaziamento como polarização interna dentro do MDB, uma crise que resultou na criação de departamentos dentro do partido e que, ao fim da Ditadura, seus membros fundariam novos partidos políticos, seguindo a lógica de que

*“Para que nasça um partido, é necessário além disso que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo.” (RÉMOND, 2003, pg 67)*

Rosalice escrevia artigos no Jornal Tribuna da Imprensa (RJ). Em um total de 60 artigos escritos, 40 foram censurados. Assim como outros políticos partidários anti-chaguistas<sup>12</sup>,

---

<sup>11</sup> Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 24 de dezembro de 1974, Edição 07483.

<sup>12</sup> Idem, 29 de julho de 1975, Edição 07920.

enquanto militante, política e jornalista emedebista, sofreu pressão, ameaças e sanções, por parte de Chagas, inclusive quando se tornou real a possibilidade de a corrente “autêntica” de suplentes de oposição assumirem cadeiras nos parlamentos da Guanabara e Rio de Janeiro.<sup>13</sup>

Além do sindicalismo e jornalismo, Rosalice ainda fazia parte da militância feminista, deixando isso claro em suas colunas no jornal e dentro do MDB. Inclusive, defendia a criação de um Departamento da Mulher no partido (CMV, 2015). Também organizava e participava de congressos, conferências e reuniões referentes ao feminismo, e a questão feminina no Diretório do MDB e na Universidade Federal Fluminense<sup>14</sup>, em Niterói, RJ sob auspícios das Nações Unidas e da Associação Brasileira da Imprensa, reunindo mulheres de todo o país para realizar palestras, grupos de pesquisa e discussões. Dentre os temas abordados estava “A situação da Mulher no Brasil” e “O movimento Feminista no Nosso País”, assim como questões sobre a situação das mulheres no trabalho, declarações e depoimentos pessoais de participantes, asseguração dos direitos humanos, educação sexual, dentre outros diversos temas.<sup>15</sup>

### **Prisão e Violação dos Direitos Humanos**

Dentro do gabinete do Deputado Federal Lysâneas Maciel, Rosalice conhece o engenheiro do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, Raimundo Augusto Sérgio Nogueira Carneiro, que “foi militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) em 1968, em Fortaleza-CE” (Idem, p 415). este começaria a participar das reuniões do Departamento Trabalhista em Volta Redonda.

Em uma dessas reuniões focada na solenidade pública que aconteceria no dia 1.º de maio (Dia do Trabalhador) de 1976 em Volta Redonda, o departamento decidiu pela elaboração de um DT INFORMA para ser distribuído aos presentes no evento. Este panfleto foi intitulado de “DT informa N°3: Duas Palavras sobre a tua luta”<sup>16</sup>(vide anexo I), cabendo a Rosalice a elaboração e distribuição do mesmo. A solenidade que contaria com a presença do

---

<sup>13</sup> Depoimento de Rosalice Fernandes para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda

<sup>14</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 59.

<sup>15</sup> Hemeroteca Digital. Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 14 de julho de 1974, Edição 07907.

<sup>16</sup> Arquivo Nacional – DT Informa N°3, Órgão do Departamento Trabalhista do MDB de Volta Redonda – de 01/05/1976.



Ditador-Presidente General Ernesto Geisel, culminando na inauguração do Estádio Municipal General Raulino de Oliveira.

Desde 1974, é visível, por informes e relatórios de investigações por parte dos militares, o monitoramento das movimentações e articulações políticas ao redor de Lysâneas Maciel, proprietário do jornal Tribuna da Imprensa (RJ)<sup>17</sup> no MDB fluminense, partido crescente nas eleições para o Estado do Rio de Janeiro, acompanhando a conjuntura eleitoral da época. Ao investigar os contatos vinculados ao jornal, assembleias no Diretório do partido e da UFF, figuras como Rosalice Fernandes, Raimundo Carneiro e Edson Khair são enquadrados em uma rede de contatos que no futuro serviriam de material de base para a denúncia e julgamento da primeira em 1976.<sup>18</sup>

No dia 9 de janeiro de 1975, em resposta ao jornal O Dia, do próprio Chagas de Freitas, Rosalice Fernandes já havia denunciado em um artigo que: a heterogeneidade, desavenças e consentimento da maioria interna do partido para com a Ditadura já resultava na delação e cassações dos “comunistas do MDB” por parte dos chaguistas.<sup>19</sup>

Inclusive, nos pedidos de busca e denúncia de Rosalice e Raimundo é apresentada uma vasta gama de materiais, eventos e articulações feitas pelos militares para seguir os passos dos emedebistas “autênticos”. Conforme exemplificado na Informação N. 811/75<sup>20</sup>, redigido no dia 11 de abril de 1975, que denuncia pautas “subversivas” abordadas em uma Assembleia do Departamento da Juventude, no Diretório do MDB, realizada no dia 26 de fevereiro do mesmo ano. Também na Informação N. 597/75, redigido no dia 20 de outubro, denunciando a leitura que Rosalice fez de artigos censurados de sua autoria, em outra assembleia no Diretório do partido no mesmo dia 17 do mesmo mês.<sup>21</sup>

Rosalice estava ciente de que estava sendo investigada pelos militares após ser alertada pelo Bispo Dom Waldyr Calheiros, por Raimundo Carneiro e, inclusive, pelo próprio Diretor-Presidente da CSN (CMV, 2015). E mesmo assim, encomendou a impressão dos

---

<sup>17</sup>Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 6

<sup>18</sup> Idem, documento 76

<sup>19</sup> Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 9 de janeiro de 1975, Edição 08057

<sup>20</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 10

<sup>21</sup> Idem, documento 21

panfletos, apesar dos riscos apresentados pela empreitada devido ao caráter significativo da solenidade, dado a presença do Presidente-General Geisel.

No dia 29 de abril de 1976, junto de Raimundo, Rosalice segue, primeiro, para o Diretório do MDB/RJ, onde deixa os telefones de Saturnino Braga, Lysâneas Maciel, Coimbra de Mello, Amaral Peixoto, Edson Khair, Alves de Brito, seus contatos políticos, com uma testemunha. Pediu-lhe que os seguisse e que caso testemunhasse a prisão, deveria ligar para os contatos imediatamente.

Ambos são presos, em uma gráfica em Niterói, como ela mesma diz “Eu to lá na gráfica... fui pegar o papel, eles param o fuscazinho, enfiam o capuz e me levam para o DOPS”<sup>22</sup>. Segundo o telegrama do Sistema Nacional de Informações, ela foi presa na Ponte Rio-Niterói<sup>23</sup> com os 10 mil panfletos “DT informa N°3: Duas Palavras sobre a tua luta”, na chamada “Operação 29 de abril”<sup>24</sup>, sendo encapuzados e jogados em um fusca que ficaria girando pela cidade (Idem). Enquanto isso, suas prisões já são denunciadas imediatamente pelo agente do qual Rosalice dera os números de telefone, noticiada nacionalmente às 7h da noite no Jornal Nacional (Ibidem) e no dia seguinte nos jornais<sup>25</sup>, neutralizando qualquer outro destino que Rosalice pudesse ter além da prisão. Ambos foram encaminhados para o Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ), onde ela ficou presa sob interrogatório durante três dias.

Sob depoimento, Rosalice assume a responsabilidade pela redação do informativo:

*“(...) a Declarante reconhece o DT-INFORMA n.º 3, como sua responsabilidade, no que concerne a redação do texto, todavia, a sua publicação se fez com a aprovação da Executiva do Diretório do MDB e da Diretoria do Departamento Trabalhista”<sup>26</sup>*

Após o interrogatório, Rosalice foi encaminhada para o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro (DOI-CODI/RJ) onde foi torturada durante uma semana. A intenção das prisões de Rosalice e Raimundo era a de incriminar seus setores do “MDB autêntico” de um plano subversivo comungado com o PCdoB em Volta Redonda (CMV, 2015). Caracterizando-se assim como ameaça a uma área da Segurança nacional, como o Delegado Francisco Borges Fortes insinua em uma análise do

<sup>22</sup> Depoimento de Rosalice Fernandes para a Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, p 417.

<sup>23</sup> Arquivo Nacional – Prontuário: 4346, telegrama sobre prisão de Rosalice -SNI – 29/04/1976.

<sup>24</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5438, documento 63.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Ibidem, documento 68

DT – Informa: “O documento analisado, apesar de camuflado em panfleto legal, tem por finalidade levar ao Público-Alvo a opinião e propostas partidárias emanadas do CC do PC do B.”<sup>27</sup>. Há ainda, segundo Rosalice, a implantação de materiais “subversivos” que não eram de sua autoria em sua residência a mando do mesmo delegado, que organizou os pedidos de autuação dos mesmos para incriminá-la como agitadora radical e subversiva.<sup>28</sup>

O conteúdo do referido panfleto em si exaltava a conquista de direitos pela luta dos trabalhadores, e a sua luta enquanto trabalhador para conquistar sua dignidade<sup>29</sup>. Contudo, as ações e ideias ventiladas por Rosalice em sua atuação política e a sua rede de contatos, tornavam-na um elemento subversivo de risco, como supracitado no que tange o conteúdo do memorando liberado pela CIA.

Após 10 dias de prisão, no dia 8 de maio de 1976, Rosalice é solta e volta a sua atividade política, e entre a sua prisão e o seu julgamento na 2ª Auditoria da Marinha, como suplente de Deputado Estadual, Rosalice Fernandes tentou assumir mandato na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Porém, em 31 de janeiro de 1977, o TRE nega a expedição do diploma, alegando que a mesma respondia por um inquérito da Lei de Segurança Nacional e seria julgada pela Justiça Militar.

A Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda denuncia três aspectos de graves violações dos direitos humanos nesse caso de Rosalice: primeiro aspecto, prisão em forma de sequestro, com uso de algema e capuz, sendo colocada em um carro sem saber onde estava sendo levada; segundo aspecto, “... tentativa de estupro dentro do DOPS pelo Delegado da Polícia Federal Francisco Borges Fortes e nas manobras para incriminá-la na Lei de Segurança Nacional implantando faixas e panfletos em sua casa na operação de” Busca e Apreensão”” (Ibidem, p 422); terceiro aspecto, tortura na sala chamada de “geladeira”, em que ela foi colocada nua durante 7 dias, tendo hemorragia, em uma sala de paredes frias e úmidas, sem lugar para dormir e sentar, com vaso turco para necessidades fisiológicas.

Antes do julgamento, Hélio Fernandes, diretor do jornal Tribuna da Imprensa (RJ), comentou que ainda havia tempo de sair do país, pois já sabia que ela seria condenada por três a dois no

---

<sup>27</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5438, documento 87.

<sup>28</sup> Idem, documento 97.

<sup>29</sup> Ibidem, documento 68.

Tribunal. O bispo Dom Waldyr também ofereceu meios de conseguir exílio político, porém Rosalice Fernandes optou pelo julgamento, tendo o Senador Amaral Peixoto como testemunha de Defesa.<sup>30</sup>

No dia 23 de junho de 1977, ela é condenada pelo crime contra a Lei de Segurança Nacional, artigo 45: “fazer propaganda subversiva utilizando-se de qualquer meio de comunicação social”, com pena de um ano e seis meses de prisão no Instituto Penal Talavera Bruce. Presídio feminino em Bangu, junto de outras prisioneiras políticas como Jessie Jane Vieira de Souza, Norma Sá Pereira, Maria Cecília Wetten, Maria de Fátima Pereira Martins e Elza Maria Parreira Lianza.

*“A prisão de Rosalice estava fora dos padrões comuns da Ditadura Civil-Militar (que até então dirigia sua tirania carcerária e a LSN contra militantes da luta armada) por prender, torturar, julgar, condenar e encarcerar em Bangu um suplente de deputado, um quadro político da oposição consentida e criada pelo próprio regime ditatorial, que atuava dentro dos marcos da luta partidária. No entanto, havia na repressão a Rosalice uma mediação que explicaria essa singularidade. Liberdade e Luta pela Anistia” (CMV, 2015, pg 426)*

Mesmo dentro do presídio, Rosalice se articulou com as demais presas políticas para fazer reivindicações para as presas políticas. A principal era a transferência para o Presídio Milton Dias Moreira, próprio para presos políticos, transferidos da Ilha Grande em 1975, pois as mesmas não possuíam assistência médica, devido à inviabilidade de aplicação do regulamento do Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE) não poderia ser aplicado naquelas condições de isolamento, confinado num pavilhão à parte das presas comuns. Também denunciaram a triagem arbitrária sobre visitas, violão de correspondências e censura de leituras. (Idem)

As Autorias da Marinha e Aeronáutica não se opuseram a transferência, e a criação do impasse para com a direção do DESIPE, as prisioneiras políticas iniciaram uma greve de fome no dia 25 de outubro de 1977. Tal atitude teve repercussão imediata na imprensa nacional e no dia 31 de outubro de 1977, o Diretor do DESIPE, Augusto Thompson, transferiu as presas políticas em greve de fome para o Hospital Penitenciário da Frei Caneca. Tal movimento mobilizou outra greve de fome de mais outros 24 presos políticos em solidariedade com as prisioneiras, porém a mesma se encerrou no dia 12 de novembro sem conseguirem ter suas reivindicações atendidas. (Idem)

---

<sup>30</sup> Depoimento de Rosalice Fernandes para a Comissão Municipal da Verdade

Durante a segunda metade da década de 70, houvera uma série de greves de fome promovidas por prisioneiros políticos. As prisioneiras já citadas participaram, além da greve já mencionada, de outra greve que se seguiu até dezembro de 1977. Durante essa segunda, houve notícias por todo o país, como nos jornais Diário do Paraná: Órgão dos Diários e a visita do cardeal Dom Eugênio Salles, pediu o fim das greves de fome.

*“Após afirmar que divergia do ponto de vista político-ideológico, o cardeal D. Eugênio Salles, fez ontem um apelo às presas políticas, Rosalice Fernandes, Jesse James e Norma Torres, para que ‘não façam mais greve de fome porque estou cuidando do caso de vocês (...)’”<sup>3132</sup>*

Rosalice e as demais prisioneiras só puderam questionar o cardeal após o mesmo, junto ao diretor do DESIPE, visitar todas os prisioneiros políticos. Essa afirmativa pode ser interpretada como uma forma dos militares, junto da ala conservadora da Igreja Católica, tentando abafar a visibilidade movimentações contestatórias dos prisioneiros políticos dentro dos presídios.

## **LIBERDADE**

No dia 13 de março de 1978, o STM manteve a condenação de Rosalice, mas reduziu a sua pena para um ano e dois meses de detenção após ao requerimento do advogado da jornalista, Dr. Lino Machado. Portanto, no dia 14 de agosto de 1978, Rosalice foi liberta, sendo acompanhada de familiares, membros do Comitê Brasileiro da Anistia e dos vários parlamentares emedebistas já mencionados exaustivamente no artigo. Em Volta Redonda, no dia 25 de setembro de 1978, é acolhida pelo bispo Dom Waldyr Calheiros<sup>33</sup>, que celebrou uma missa em sua homenagem.

No dia 23 de agosto de 1978, Rosalice marcou presença da convenção nacional emedebista que homologou a chapa Euler Bentes/Paulo Brossard. Durante a convenção, foi homenageada por Ulysses de Guimarães por ser absolvido após dois anos de prisão<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Hemeroteca Digital. Diário do Paraná: Órgão dos Diários (PR), 7 de dezembro de 1977. Edição 06762 (1)

<sup>32</sup> Idem. Diário de Pernambuco (PE), 7 de dezembro de 1977. Edição 00331 (1)

<sup>33</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428. Documento 157.

<sup>34</sup> Hemeroteca Digital. Diário de Natal (RN), 24 de outubro de 1978. Edição 10536 (1)

No dia 30 de setembro de 1978, participou do lançamento do Partido dos Trabalhadores (PT) no Rio de Janeiro pelo presidente dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luís Inácio da Silva, José Ibrahim e Wagner Benevides, no Cine-Show Madureira. Ela estava acompanhada de Jorge Moreira, do deputado Edson Khair, do professor Mário Pedrosa e de integrantes das futuras chapas de oposição sindical, dos motoristas, bancários e metalúrgicos<sup>35</sup>.

Em 26 de setembro de 1978, Rosalice ganha o recurso no STE, sendo diplomada para tomar posse como Deputada Estadual<sup>36</sup>. Porém, os chagistas do Movimento Democrático que dominava a ALERJ se reuniram em uma seção secreta presidida pelo Deputado Cláudio Moacyr, decidindo por não a empossar, tendo Rosalice o seu mandato “cassado” pelas manobras regimentais casuísticas dos chaguistas, hegemônicos na Assembleia Legislativa.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer o estudo do caso de Rosalice Fernandes, é possível fazer uma série de considerações quanto ao período em que ela atuou na política fluminense, demonstrando alguns traços peculiares na dinâmica política regional, Volta Redonda, Sul Fluminense e do Estado do Rio de Janeiro, em relação ao que é demonstrado no processo geral.

A primeira consideração a se fazer, é a continuidade do uso do AI-5, mesmo que de forma “abrandada”, focando alvos específicos, considerados um risco ao “gradual, mas seguro aprimoramento democrático”, parte da agenda política dos castelistas, representada por Geisel. Isso pode ser explicitado através a dedicação empregada pela Inteligência Militar para monitoramento e repressão de militâncias políticas voltadas para o campo social, como a de Rosalice Fernandes pelo sindicalismo e feminismo de Volta Redonda, quanto no campo político, em que a seção do Movimento Democrático Fluminense fazendo uma oposição autêntica frente aos Militares e aos fisiologistas da “oposição consentida” do MDB,

Deve-se pontuar a particularidade das militâncias políticas institucionais em Volta Redonda, devido à presença da CSN, o seu poder simbólico exercido sobre os trabalhadores enquanto uma “Família Siderúrgica”, onde a simbologia onde a Companhia é a mãe dos trabalhadores e

---

<sup>35</sup> Idem. Jornal da República (SP), 1 de outubro de 1978. Edição 00031 (1)

<sup>36</sup> Ibidem, sem folha. Jornal do Brasil, 27 de setembro de 1978.

da cidade, em contraste com o forte sindicalismo que lá se desenvolveu, criou um quadro onde a importância estratégica da maior produtora de aço do país é circundada de elementos que a ameaçam constantemente com a mobilização de ações e ventilações de ideias ditas “subversivas”. Tal cenário já fora previsto antes mesmo do golpe de 64 e, inclusive, fora por tal noção que se criou a Polícia Administrativa da CSN e o 1º BIB, para desarticular e suprimir qualquer mobilização sindical ou revolucionária na região.

Em consonância com esse cenário, há a derrocada das esquerdas armadas e sectarismo de movimentos revolucionários, articulação de movimentos católicos e das esquerdas convergindo para um trabalho de conscientização das bases populares, seja para defesa dos direitos humanos ou para desenvolvimento de uma consciência de classe, e o desdobramento de dois sindicalismos paralelos, um com parte vinculada ao regime em contraste com outra parte vinculada a uma militância politizada e partidária, que através do veio institucional e legal das eleições, levava pautas sociais para o parlamento.

O encontro desses três pontos constroem o campo social e político onde se encontra o *habitus* da figura de Rosalice Fernandes, cujo pai, durante muito tempo, fora líder do sindicalismo ativo em Volta Redonda até 1964, herdando dele, não só a tradição sindicalista, como também herdara com o seu nome, após a mudança de sua família para Niterói, o contato com figuras-chave do MDB do Rio de Janeiro, e depois, com a figura de Dom Waldyr Calheiros, trazendo-lhe uma rede de sociabilidade para obter o capital social e político necessário para tornar viável sua atuação pelas causas trabalhistas, feministas e humanitárias por dentro das entranhas institucionais do Regime.

Sua trajetória exprime a heterogeneidade existente no Movimento Democrático Brasileiro, dividido entre fisiologistas da oposição moderada e oposicionistas autênticos, partidários de fato, esses últimos, em sua maioria, democratas ou militantes de causas sociais pautadas em questões regionais, demonstrando que dentro do mesmo partido que representava, em sua maioria, uma oposição consentida com a Ditadura Militar, havia também agentes políticos ativos e atuantes na militância pela redemocratização, anistia de prisioneiros políticos e pela defesa dos direitos humanos.

Para além da política institucional, a sua presença na Tribuna da Imprensa (RJ) e a sindicância de forma paralela através do Departamento Trabalhista traz nuances de maneiras de divulgar

os eventos, discussões, assembleias e congressos realizados, tanto na Universidade Federal Fluminense e no Diretório do MDB do Rio de Janeiro, ambos em Niterói, quanto no Diretório do partido em Volta Redonda, tão fundamentais para realizar o trabalho de conscientização das bases populares e mobilização das militâncias partidárias, de modo a romper com a conformação da classe dominada, em especial, as mulheres, trabalhadores e a juventude.

Concluindo, o estudo da figura de Rosalice Fernandes traz a identificação de um protagonismo histórico da mulher na luta pela redemocratização durante a Ditadura Militar. Sua trajetória política torna visível um imenso acervo de elementos pontuais da política de Volta Redonda e do Rio de Janeiro, passíveis de outras análises e o caso de sua prisão demonstra uma particularidade única em relação ao *modus operandi* dos Militares e do perfil dos presos políticos do período.



## REFERÊNCIAS

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. **Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Formação da Classe Operária em Volta Redonda.** 1 ed. Volta Redonda, RJ: Nova Gráfica e Editora, 2012.

BEDÊ, Waldyr Amaral. **Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964).** Volta Redonda, RJ: SMC/PMVR, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 14 ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil S.A., 2006.

CARRARA, Ozanan Vicente; ESTEVEZ, Alejandra; ASSIS, Lúcia. **O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul fluminense.** Volta Redonda, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DOM WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA. **Relatório Final.** Volta Redonda, RJ, 2015.

ESTEVEZ, Alejandra. La constitución de cosmovisiones políticas y religiosas durante la dictadura militar en Brasil. **Intersticios sociales.** 2014, n.8, pp.1-25. Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-49642014000200005&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-49642014000200005&script=sci_abstract)> Acesso em: 23 outubro de 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 2 ed. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1995.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. **1969-1979: Documents on South America, 1973-1976.** Volume E-11 Part 2, Department of State, Washington, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História.** São Paulo, SP: Shwarcz LTDA, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Microhistória e outros ensaios.** Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil S.A., 1991.

MICELI, Sergio. **Economia das Trocas Simbólicas.** 6 ed. São Paulo, SP: Perspectiva. 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo, SP: Contexto, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 1998a.

\_\_\_\_\_, **Brasil: De Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 1988b.

#### FONTES CONSULTADAS

Arquivo Nacional – DT Informa Nº3, Órgão do Departamento Trabalhista do MDB de Volta Redonda – de 01/05/1976.

Arquivo Nacional – Prontuário: 4346, telegrama sobre prisão de Rosalice -SNI – 29/04/1976.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 6

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 10

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 21

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 59.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5438, documento 63

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5438, documento 68

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428, documento 76

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5438, documento 87

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5438, documento 97.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Prontuário 5428. Documento 157.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), sem folha. Jornal do Brasil, 27 de setembro de 1978.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES. **1969-1979**: Documents on South America, 1973-1976. Volume E-11 Part 2, Department of State, Washington, 2015 p 278 Disponível em <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2>>. Acesso em 13 de junho de 2018)

Hemeroteca Digital. Diário de Pernambuco (PE), 7 de dezembro de 1977. Edição 00331 (1)

Hemeroteca Digital. Diário de Natal (RN), 24 de outubro de 1978. Edição 10536 (1)

Hemeroteca Digital. Diário do Paraná: Órgão dos Diários (PR), 7 de dezembro de 1977. Edição 06762 (1)

Hemeroteca Digital. Jornal da República (SP), 1 de outubro de 1978. Edição 00031 (1)

Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 12 de dezembro de 1975. Edição 08033

Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 24 de dezembro de 1974. Edição 07483.

Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 29 de julho de 1975. Edição 07920.

Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 14 de julho de 1974. Edição 07907.

Hemeroteca Digital. Tribuna da Imprensa (RJ), 9 de janeiro de 1975. Edição 08057

ORGÃO DO DEPARTAMENTO TRABALHISTA DO M.D.B. DE VOLTA REDONDA

N.º 3 — 1 de Maio de 1976

## Duas palavras sobre tua luta

Estás prestes a ver tua luta culminada de êxito. Êxitos para ti significam ver os objetivos pelos quais mobilizastes serem atingidos, tudo o que conseguistes e que venhas a conseguir, tu companheiro, deve apenas a ti mesmo a tua disposição de trabalho e a tua luta. — (1)

Acreditares na tua força, fizestes um memorial constante de tuas reivindicações, e como não foi o bastante ampliasse tua trincheira de luta: formastes comissões, escolheste representantes e o que é mais importante, promoveste a revelia, daqueles que vacilavam e descreiam da tua capacidade de luta, uma assembleia com a presença de quatro mil pessoas, onde antes o testemunho de tua força, de tua coragem, o de mobilização, numa comprovação de que quanto tu te dispusesse a pelear pelos teus direitos, as forças políticas que, a princípio fugiam se juntaram a fazer coro. — (1-A)

Aprendestes, com este combate memorável, uma verdade elementar e sagrada: para ti nada é impossível desde que sigas esta pequena recomendação: organiza-te e luta. — (2)

Luta pelo teu direito de levar uma vida condigna e para que teu trabalho, duro trabalho, seja recompensado com um salário honesto. — (3)

Luta pelo teu direito inalienável de educar, vestir, alimentar e abrigar de maneira digna, a ti, e a tua família. — (3-A)

Luta pela liberdade do teu sindicato que querem transformar em Grêmio Social e Recreativo.

Luta pelo teu direito e dever de interferir nos destinos e nos comandos de teu país, exigindo liberdade, eleições livres e diretas em todos os níveis. — (4)

Luta, enfim, para preservar a unidade de tua classe, e assim poderás dormir tranquilo e confiante, na tua força, no destino histórico de tua classe e no caminho irreversível de teu país, em busca da Democracia e da Justiça Social. — (4-A)

Viva 19 de maio!

Dia Mundial do Trabalhador.

S. S. P. — D. G. I. F. — R. J.

DABQ — S. I. — 20.

Protocolo n.º

Documento n.º

Coordenadora: ROSALICE FERNANDES PARREIRA

Diretoria do Departamento Trabalhista — Presidente: Onício Zamboti; Luiz Ferreira Braga; Sebastião Moraes; Francisco Ferreira Neto; Maurício Damas. C. Deliberativo: Hélio Ribeiro; Eugênio Martins Azevedo; Roberto Silva; João Carneiro; Paulo Joventino; Oduvaldo Antônio Ferreira; Carlos Martins da Cunha; Paulo Ferreira; Luiz Antônio Rocha.

Reuniões do Departamento Trabalhista: Todos os domingos às 9 horas na Sêde do MDB - Av. Lucas Evangelista N.º 820 1.º andar.

Reuniões aos domingos às 9:00 horas da manhã.

A tua participação nos organismos de classe é mais que uma necessidade: é um dever.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
Divisão de Pesquisa e Promoção Cultural  
Cópia para o original

FRM - SA - 001A

Francisco A. Mendes Pires  
Assessor Jurídico - Matr. 149.114-1



SERVICO PÚBLICO ESTADUAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PÚBLICA  
DGE/DPPS/DO/Seq. Buscas Especiais

ANÁLISE

Documento: "DT-INFORMA" (orgão do Departamento Trabalhista do MDB de Volta-Redonda)

Origem: Partido Comunista do Brasil - Comitê Central.

Difusão: Massa Popular.

Público Alvo: Classe Operária; MO (Movimento Operário) urbano.

Situação Política do PCdoB: Anti-revisionista, maoísta, endoçante da oposição legal.

Proposição do PCdoB: Comunicação às "massas" com objetivo de ações / em conjunto de MO (Movimento Operário) e povo. / (1), (1-A).

Conscientização de uma política Contra-Revolucionária. (2).

Propaganda baseada na distorção da REALIDADE NACIONAL dentro do Campo Económico, procurando levar ao Público Alvo a uma conscientização / partidária dentro do que é prescrito pela filosofia MAOISTA. (3), / (3-A).

Proposição de aniquilamento total do regime revolucionário de 1964, e, conseqüente instauração de um governo do povo. (4), (4-A).

Objetivo: (1), (1-A).

O documento analisado, apesar de camuflado em / panfleto legal, tem por finalidade levar ao Público-Alvo a opinião e propostas partidárias, emanadas do CC do PC do B. //

JPO/25-06-1976.

*A. Dir. de Arquivos*  
28.6.76

S. S. P. — D. G. I. E. — R. J.  
DARO — S. I. — SD.  
Delegado de Polícia  
Mat. 700.676

Prontuário n.º 5428  
Documento n.º 82

87

ANEXO III

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

EXCO. SUP. DIR. SUPLENTE DA PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA

C.F.M.

*A. Mendonça*  
*Exco. Sup. Dir.*  
*12/2/74*  
*Seccia*

O Representante do Ministério Público nesta Auditoria, no uso de suas atribuições, vem denunciar ROSALICE MAGALDI FERNANDES FERREIRA, qualificada às fls. 14, pelo seguinte fato delituoso:

No dia 29 de abril do corrente ano a denunciada foi presa no interior da Gráfica situada na Rua Dr. Bormann, nº 37, loja 6, na cidade de Niterói.

Concomitantemente a essa prisão, foram apreendidos naquele estabelecimento oito pacotes de papel pardo, com a indicação de conter cada um deles dois mil exemplares de Boletim intitulado "DT - INFORMA", nº 3, órgão do Departamento Trabalhista do MDB de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro (fls. 7 do inquérito e 10v. e 11 do apenso nº 1).

Coordenadora e redatora desse Boletim, a denunciada, em princípio de abril do ano em curso, na cidade de Volta Redonda, leu em reunião que contou com a presença de servidores da Companhia Siderúrgica Nacional o manifesto subversivo de sua autoria "DUAS PALAVRAS SOBRE TUA LUTA", com o intuito de provocar nos ouvintes — pessoas despreparadas e de boa-fé — animosidade contra o governo do Presidente GEISEL e contra o regime vigente.

Na residência da denunciada, na Rua Moreira César,

RECEBIDO

urging him to return to get to know Rio, São Paulo and other parts of the country.

Popper

---

99. **Memorandum From Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger<sup>1</sup>**

Washington, April 11, 1974.

SUBJECT

Decision by Brazilian President Ernesto Geisel To Continue the Summary Execution of Dangerous Subversives Under Certain Conditions

1. [1 paragraph (7 lines) not declassified]

2. On 30 March 1974, Brazilian President Ernesto Geisel met with General Milton Tavares de Souza (called General Milton) and General Confucio Danton de Paula Avelino, respectively the outgoing and incoming chiefs of the Army Intelligence Center (CIE). Also present was General Joao Baptista Figueiredo, Chief of the Brazilian National Intelligence Service (SNI).

3. General Milton, who did most of the talking, outlined the work of the CIE against the internal subversive target during the administration of former President Emilio Garrastazu Médici. He emphasized that Brazil cannot ignore the subversive and terrorist threat, and he said that extra-legal methods should continue to be employed against dangerous subversives. In this regard, General Milton said that about 104 persons in this category had been summarily executed by the CIE during the past year or so. Figueiredo supported this policy and urged its continuance.

4. The President, who commented on the seriousness and potentially prejudicial aspects of this policy, said that he wanted to ponder the matter during the weekend before arriving at any decision on

---

<sup>1</sup> Summary: Colby reported that President Geisel planned to continue Médici's policy of using extra legal means against subversives but would limit executions to the most dangerous subversives and terrorists.

Source: Central Intelligence Agency, Office of the Director of Central Intelligence, Job 80M01048A: Subject Files, Box 1, Folder 29: B–10: Brazil. Secret; [handling restriction not declassified]. According to a stamped notation, David H. Blee signed for Colby. Drafted by Phillips, [names not declassified] on April 9. The line for the concurrence of the Deputy Director for Operations is blank.



whether it should continue. On 1 April, President Geisel told General Figueiredo that the policy should continue, but that great care should be taken to make certain that only dangerous subversives were executed. The President and General Figueiredo agreed that when the CIE apprehends a person who might fall into this category, the CIE chief will consult with General Figueiredo, whose approval must be given before the person is executed. The President and General Figueiredo also agreed that the CIE is to devote almost its entire effort to internal subversion, and that the overall CIE effort is to be coordinated by General Figueiredo.

5. [1 paragraph (12½ lines) not declassified]

6. A copy of this memorandum is being made available to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs. [1½ lines not declassified] No further distribution is being made.

W.E. Colby

---

**100. Telegram 82931 From the Department of State to the Embassy in Brazil<sup>1</sup>**

Washington, April 23, 1974, 2316Z.

82931. Subject: Conversations Between Secretary and Foreign Minister Silveira. For Ambassador Crimmins.

Summary: The Secretary met with Brazilian Foreign Minister da Silveira twice prior to the commencement of the Washington meeting of Foreign Ministers. At the first meeting on April 16 Ambassador Araujo Castro and Assistant Secretary Kubisch were present. At the

---

<sup>1</sup> Summary: Kissinger and Silveira discussed countervailing duties and Brazil's foreign policy.

Source: National Archives, Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 772, Country Files, Latin America, Brazil, Vol. 4, 1973–1974. Confidential; Immediate; Exdis. Drafted by Watson and cleared by Bowdler and Schwab. Silveira was in Washington for the Foreign Ministers meetings April 17–18. In telegram 75824 to Brasília, April 13, the Department transmitted to the Embassy a letter from Kissinger to Silveira in which Kissinger said he supported setting up working groups or preparatory commissions on science and technology, resources transfer, and possibly on problems of foreign investment. (Ibid., RG 59, Central Foreign Policy File, P840114–2591) In telegram 2533 from Brasília, April 15, Crimmins reported on his conversation with Silveira, in which they discussed Brazil's regional policy, including relations with Peru, Chile, Argentina, and Cuba. (Ibid., Nixon Presidential Materials, NSC Files, Box 772, Country Files, Latin America, Brazil, Vol. 4, 1973–1974)